



UNIDADE TÉCNICA DE APOIO ORÇAMENTAL  
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

XIII Legislatura - 2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa

# UTAO | Relatório de Atividades

14.09.2017

---

O Relatório de Atividades é da exclusiva responsabilidade da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO).

Nos termos da Lei n.º 13/2010, de 19 de julho, a UTAO é uma unidade especializada que funciona sob orientação da comissão parlamentar permanente com competência em matéria orçamental e financeira, prestando-lhe apoio pela elaboração de estudos e documentos de trabalho técnico sobre a gestão orçamental e financeira pública.

---

## Introdução

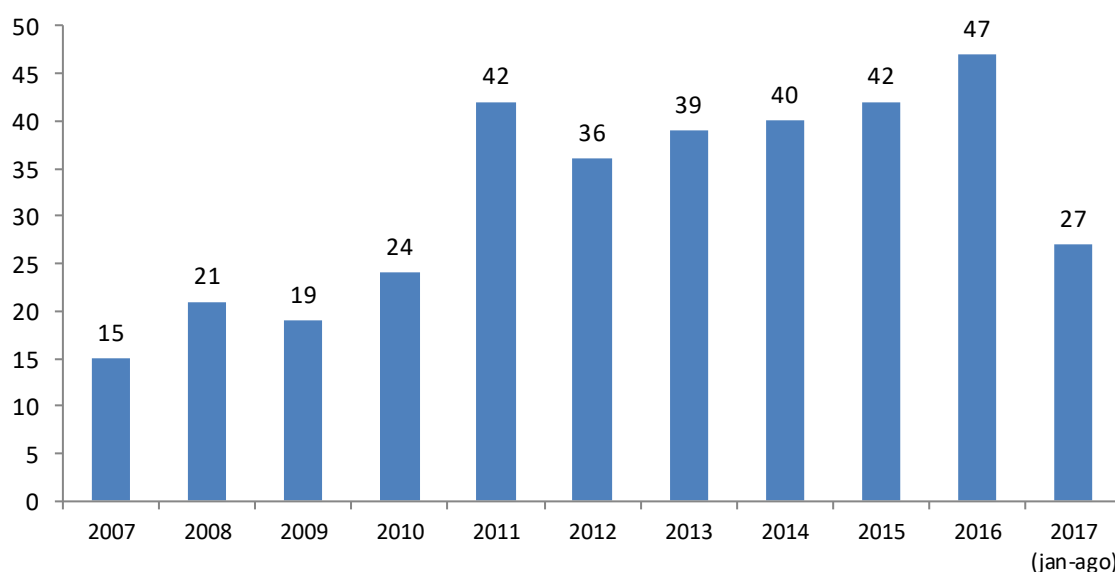
1 Nos termos da Resolução da Assembleia da República n.º 20/2004, de 16 de fevereiro, alterada pela Resolução da Assembleia da República n.º 53/2006, de 7 de agosto e na redação dada pela Resolução da Assembleia da República n.º 57/2010, de 23 de junho e pela Resolução da Assembleia da República n.º 60/2014, de 30 de junho, apresenta-se o relatório da atividade desenvolvida pela UTAO na 2.ª Sessão Legislativa da XIII Legislatura.

2 Os trabalhos da UTAO têm por base o Plano de Atividades aprovado na reunião da Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa (COFMA) de 21 de setembro de 2016, para a 2.ª Sessão Legislativa da XIII Legislatura.

## Atividades realizadas

3 Na 2.ª Sessão Legislativa da XIII Legislatura, a UTAO elaborou 43 documentos de cariz técnico (ver listagem em anexo). Em termos de ano civil, entre janeiro e agosto de 2017, foram realizados 27 documentos (Gráfico 1). A maioria dos documentos reportou-se à atividade regular da UTAO no âmbito do art. 10.º-A da Resolução da Assembleia da República n.º 20/2004, de 16 de fevereiro, aditada pela Resolução da Assembleia da República n.º 53/2006, de 7 de agosto e alterada pela Resolução da Assembleia da República n.º 60/2014, com destaque para as alíneas a), b), c), d) e j) relativas a, respetivamente, análise técnica da proposta de lei de Orçamento do Estado e suas alterações, avaliação técnica sobre a Conta Geral do Estado, acompanhamento técnico da execução orçamental, análise técnica às revisões do Programa de Estabilidade e acompanhamento do endividamento público.

**Gráfico 1 – Documentos elaborados pela UTAO**



Fonte: UTAO. | Nota: Inclui versões preliminares.

4 No âmbito das alíneas e), f) e g) do art. 10.º-A da Resolução da Assembleia da República n.º 20/2004, de 16 de fevereiro, aditada pela Resolução da Assembleia da República n.º 53/2006, de 7 de agosto e alterada pela Resolução da Assembleia da República n.º 60/2014, relativas a Parcerias Públicas-Privadas, contratos de Concessões e Reequilíbrios Financeiros, a UTAO elaborou três informações técnicas: dois sobre a execução orçamental infra-anual de 2016 e um sobre as projeções de encargos plurianuais do OE/2017.

5 No âmbito da alínea i) do art. 10.º-A da Resolução da Assembleia da República n.º 20/2004, de 16 de fevereiro, aditada pela Resolução da Assembleia da República n.º 53/2006, de 7 de agosto e alterada pela Resolução da Assembleia da República n.º 60/2014, a UTAO realizou quatro informações técnicas relativas a: "Estudo sobre a evolução da receita fiscal de 2016 resultante do ISP e IVA", "Estudo sobre o impacto da renegociação das condições do empréstimo do Estado ao Fundo de Resolução", "Análise do impacto orçamental da reavaliação de ativos" e "Análise do impacto orçamental das medidas de política discricionárias previstas no PE/2017-21". Estes documentos resultaram de Requerimentos remetidos pelos diversos Grupos Parlamentares e aprovados pela COFMA.

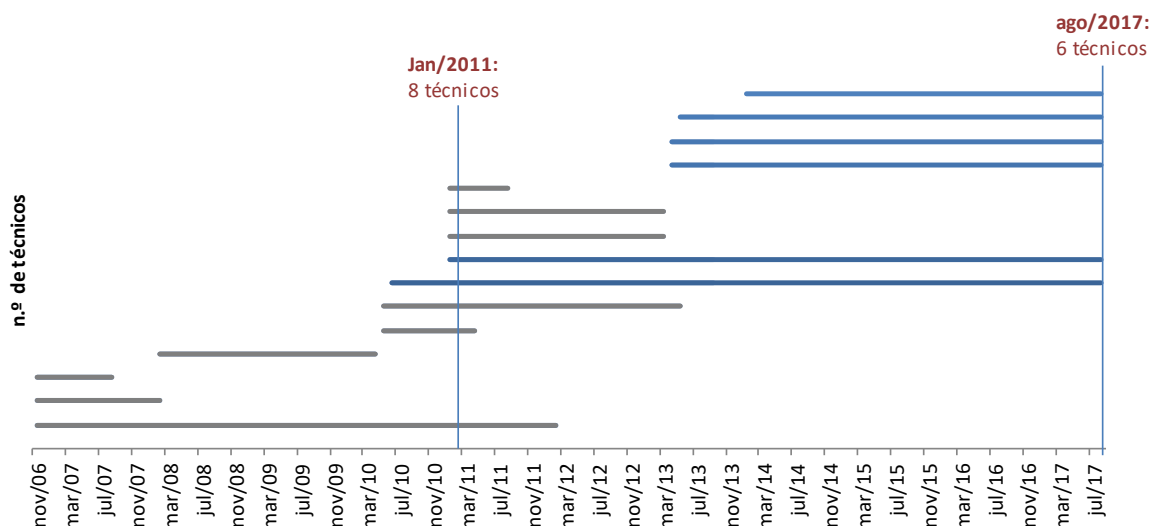
6 No âmbito da representação externa, a UTAO participou, entre outros seminários e workshops, nas reuniões anuais da *Network of Parliamentary Budget Offices and Independent Fiscal Institutions* e do *Senior Budget Officials*, as quais funcionam na égide pela OCDE, e na Reunião da *Network of public finance economists in public administration*, da Comissão Europeia.

7 No âmbito da cooperação parlamentar bilateral, a UTAO participou em ações de cooperação no estrangeiro, em Angola e em Moçambique, ambas promovidas pelo Grupo de Trabalho de Alto Nível das Comissões Parlamentares Orçamentais dos PALOP e de Timor-Leste (Pro PALOP-TL SAI). A nível nacional, nas instalações da Assembleia da República, a UTAO recebeu uma delegação do Tribunal de Contas holandês, uma delegação da Agência de Rating Moody's e participou na receção a uma delegação do SPD alemão. Ainda no âmbito da cooperação, a UTAO acolheu uma delegação da Assembleia da República de Moçambique durante três semanas e recebeu dois estudantes universitários no âmbito de estágios de verão.

## Recursos humanos

A UTAO funcionou durante a 2.ª Sessão Legislativa da XIII Legislatura com seis elementos técnicos e um elemento administrativo, sem quaisquer alterações na sua composição no que se refere a recursos humanos. Após a saída de cinco efetivos na primeira metade da XII Legislatura, o número de elementos técnicos da UTAO foi reestabelecido na sequência de um processo de recrutamento por cedência de interesse público iniciado em janeiro de 2013 (Gráfico 2). O atual número de efetivos encontra-se aquém dos oito a dez elementos, dotação que foi estabelecida no âmbito da Resolução da Assembleia da República n.º 57/2010 que reforçou os meios e as competências da UTAO. Encontra-se a decorrer o processo de admissão de dois novos elementos técnicos, a qual se deve efetivar no início da 3.ª Sessão Legislativa.

**Gráfico 2 – Evolução dos Recursos Humanos da UTAO**



Fonte: UTAO. | Nota: Cada barra representa um efetivo e o respetivo período de permanência, por ordem de entrada em funções. As barras de cor azul representam os efetivos em funções. Para além dos elementos técnicos, a UTAO conta igualmente com um elemento administrativo, em funções desde novembro de 2006.

## Contactos com entidades externas

8 Ao abrigo da Lei n.º 13/2010, de 19 de julho, a UTAO desenvolveu contactos com diversas entidades administrativas do Ministério das Finanças para a obtenção da informação técnica com carácter regular, necessária à prossecução das suas competências, nomeadamente os seguintes: Direcção-Geral do Orçamento; Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais; Autoridade Tributária e Aduaneira; Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.; e UTAP – Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos, tendo sido estabelecidos canais de comunicação para efeitos de colaboração no domínio técnico e para a

cedência de elementos informativos relevantes. Para o mesmo efeito, na 2.ª sessão legislativa foi igualmente iniciado o contacto com a Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental (UniLEO) do Ministério das Finanças.

9 Embora não enquadrados no âmbito da Lei n.º 13/2010 de 19 de julho, foram ainda solicitados elementos ao Instituto Nacional de Estatística e ao Departamento de Estatística do Banco de Portugal, relativos às estatísticas de contas nacionais e dívida das administrações públicas, informação cuja compilação é da responsabilidade destas entidades.

#### ANEXO - Documentos elaborados pela UTAO na 2.ª Sessão Legislativa da XIII Legislatura

N.º de ordem	Data	Tipo	Assunto
1	23.09.2016	Informação Técnica	Nota rápida sobre as contas nacionais das administrações públicas - janeiro a junho de 2016
2	03.10.2016	Informação Técnica	Execução Orçamental em Contabilidade Pública - agosto de 2016
3	11.10.2016	Informação Técnica	Nota Mensal sobre a Dívida Pública - setembro de 2016
4	13.10.2016	Informação Técnica	Execução Orçamental das Parcerias Público-Privadas - janeiro a agosto de 2016
5	13.10.2016	Informação Técnica	Contas das Administrações Públicas: 2.º trimestre de 2016 - Ótica da Contabilidade Nacional
6	14.10.2016	Informação Técnica	4.ª Monitorização pós-programa de ajustamento em Portugal
7	24.10.2016	Parecer Técnico	Análise da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2017 [versão preliminar]
8	31.10.2016	Parecer Técnico	Análise da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2017 [versão final]
9	08.11.2016	Informação Técnica	Execução Orçamental em Contabilidade Pública - setembro de 2016
10	11.11.2016	Informação Técnica	Nota Mensal sobre a Dívida Pública - outubro de 2016
11	02.12.2016	Informação Técnica	Execução Orçamental em Contabilidade Pública - outubro de 2016
12	02.12.2016	Informação Técnica	Parcerias Público-Privadas - Projeções de encargos plurianuais do OE/2017
13	12.12.2016	Informação Técnica	Nota Mensal sobre a Dívida Pública - novembro de 2016
14	14.12.2016	Informação Técnica	Execução Orçamental das Parcerias Público-Privadas - janeiro a outubro de 2016
15	27.12.2016	Parecer Técnico	Análise da Conta Geral do Estado de 2016
16	27.12.2016	Informação Técnica	Nota rápida sobre as contas nacionais das administrações públicas - janeiro a setembro de 2016
17	03.01.2017	Informação Técnica	Execução Orçamental em Contabilidade Pública - novembro de 2016
18	12.01.2017	Informação Técnica	Nota Mensal sobre a Dívida Pública - dezembro de 2016
19	13.01.2017	Informação Técnica	Contas das Administrações Públicas: 3.º trimestre de 2016 - Ótica da Contabilidade Nacional
20	02.02.2017	Informação Técnica	Execução Orçamental em Contabilidade Pública - dezembro de 2016
21	10.02.2017	Informação Técnica	Nota Mensal sobre a Dívida Pública - janeiro de 2017
22	06.03.2017	Informação Técnica	Execução Orçamental em Contabilidade Pública - janeiro de 2017
23	13.03.2017	Informação Técnica	Nota Mensal sobre a Dívida Pública - fevereiro de 2017
24	24.03.2017	Informação Técnica	Nota rápida sobre as contas nacionais das administrações públicas - janeiro a dezembro de 2016
25	03.04.2017	Informação Técnica	Execução Orçamental em Contabilidade Pública - fevereiro de 2017
26	11.04.2017	Informação Técnica	Análise da Receita Fiscal dos Combustíveis em 2016
27	28.04.2017	Parecer Técnico	Análise do Programa de Estabilidade: 2017-2021
28	04.05.2017	Informação Técnica	Execução Orçamental em Contabilidade Pública - março de 2017
29	13.05.2017	Informação Técnica	Nota Mensal sobre a Dívida Pública - abril de 2017
30	16.05.2017	Informação Técnica	Contas das Administrações Públicas: 4.º trimestre de 2016 - Ótica da Contabilidade Nacional
31	30.05.2017	Informação Técnica	5.ª Monitorização pós-programa de ajustamento em Portugal
32	01.06.2017	Informação Técnica	Execução Orçamental em Contabilidade Pública - abril de 2017
33	13.05.2017	Informação Técnica	Nota Mensal sobre a Dívida Pública - maio de 2017
34	26.06.2017	Informação Técnica	Nota rápida sobre as contas nacionais das administrações públicas - janeiro a março de 2017
35	03.07.2017	Informação Técnica	Execução Orçamental em Contabilidade Pública - maio de 2017
36	11.07.2017	Informação Técnica	Análise do impacto orçamental da reavaliação de ativos
37	13.07.2017	Informação Técnica	Nota Mensal sobre a Dívida Pública - junho de 2017
38	18.07.2017	Informação Técnica	Análise das Condições do Empréstimo do Estado ao Fundo de Resolução para financiamento da medida de resolução aplicada ao BES
39	19.07.2017	Informação Técnica	Análise do impacto orçamental das políticas discricionárias previstas no PE/2017-21
40	27.07.2017	Informação Técnica	Contas das Administrações Públicas: 1.º trimestre de 2017 - Ótica da Contabilidade Nacional
41	01.08.2017	Informação Técnica	Execução Orçamental em Contabilidade Pública - junho de 2017
42	10.08.2017	Informação Técnica	Nota Mensal sobre a Dívida Pública - agosto de 2017
43	01.09.2017	Informação Técnica	Execução Orçamental em Contabilidade Pública - julho de 2017

Fonte: UTAO.